

# SEMANA DO INICIANTE PATRIMÔNIO

Denner Rodrigues  
29/09/2022

# DENNER RODRIGUES

- Bacharel em Ciências Contábeis (2016);
- Thomson Reuters a 8 anos;
  - Testador de Sistemas (Escrita Fiscal e LALUR);
  - Analista de Negócios (Contabilidade, Patrimônio, LALUR e Escrita Fiscal);
  - Especialista de Negócios (Escrita Fiscal);
  - 09/2020 a 02/2022 - Indústria de Grande Porte;
  - 03/2022 - Especialista de Conteúdo e Treinamento;



**Projetos Relevantes:** Novo LALUR, SPED ECF, Ressarcimento ICMS ST, Bloco K, Marco Histórico do ONVIO Escrita Fiscal, Implantação de Indústria Incentivada em Pernambuco e Manaus.

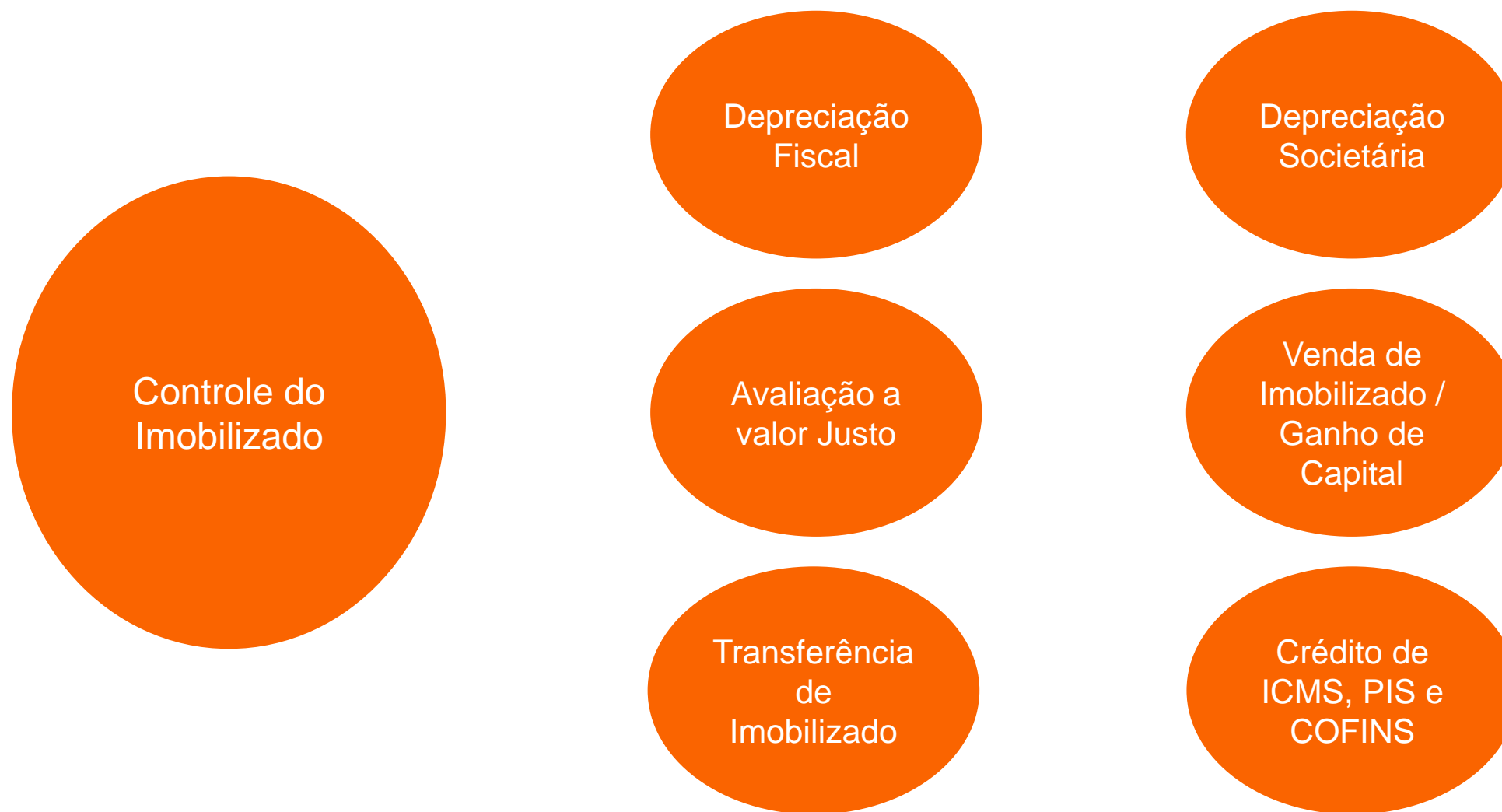
# TREINAMENTO

1. Apresentação + Conceitual (30 Minutos);
2. Configurações no Sistema (60 Minutos);
3. Perguntas do Chat (30 Minutos);

CARGA HORÁRIA: 2 Horas

APROVEITAMENTO MÍNIMO NA PROVA: 70%

# PARA QUE SERVE O MÓDULO PATRIMÔNIO?



# DEPRECIACÃO FISCAL - APURAÇÃO IR E CSLL

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1700, DE 14 DE MARÇO DE 2017**

**CAPÍTULO XIX**

**DA DEPRECIACÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO**

Art. 121. Poderá ser computada como custo ou encargo, em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo não circulante classificados como imobilizado resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal.

§ 1º A depreciação será deduzida pelo contribuinte que suportar o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso do bem.

§ 2º A quota de depreciação é dedutível a partir da época em que o bem é instalado, posto em serviço ou em condições de produzir.

§ 3º Em qualquer hipótese, o montante acumulado das quotas de depreciação não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 4º O valor não depreciado dos bens sujeitos à depreciação que se tornarem imprestáveis ou caírem em desuso importará redução do ativo imobilizado.

§ 6º Se o contribuinte deixar de deduzir a depreciação de um bem depreciável do ativo imobilizado em determinado período de apuração, não poderá fazê-lo acumuladamente fora do período em que ocorreu a utilização desse bem, tampouco os valores não deduzidos poderão ser recuperados posteriormente mediante utilização de taxas superiores às máximas permitidas.

# DEPRECIAÇÃO FISCAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1700, DE 14 DE MARÇO DE 2017  
ANEXO III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO

| RESUMO   VIA DE REGRA   |            |                   |
|-------------------------|------------|-------------------|
| TIPO DE BEM             | TAXA ANUAL | ANOS DE VIDA ÚTIL |
| Edifícios/Pavilhão      | 4,00%      | 25,00             |
| Máquinas e Equipamentos | 10,00%     | 10,00             |
| Móveis e Utensílios     | 10,00%     | 10,00             |
| Veículos                | 20,00%     | 5,00              |
| Computadores            | 20,00%     | 5,00              |

# DEPRECIAÇÃO SOCIETÁRIA - CONTABILIDADE

## CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

### Objetivo

O objetivo deste Pronunciamento **é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados**, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

VIDA ÚTIL  
ESTIMADA

VALOR RESIDUAL

# EXEMPLO DE DEPRECIAÇÃO

| DEPRECIAÇÃO FISCAL                |            |
|-----------------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                         | VALOR      |
| Custo de Aquisição:               | 100.000,00 |
| Taxa de Depreciação Fiscal Anual: | 10,00%     |
| Depreciação Anual:                | 10.000,00  |
| Depreciação Mensal:               | 833,33     |

| DEPRECIAÇÃO SOCIETÁRIA     |            |
|----------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                  | VALOR      |
| Custo de Aquisição:        | 100.000,00 |
| Valor Residual:            | 20.000,00  |
| Valor Depreciável:         | 80.000,00  |
| Taxa de Depreciação Anual: | 5,00%      |
| Depreciação Anual:         | 4.000,00   |
| Depreciação Mensal:        | 333,33     |



# AVALIAÇÃO PELO VALOR JUSTO (IMPAIRMENT)

## CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

### Redução ao valor recuperável de ativos

63. Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irrecuperável, a entidade aplica o Pronunciamento Técnico **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

## CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

### Objetivo

O objetivo deste Pronunciamento Técnico **é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação**. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

# EXEMPLO AVALIAÇÃO PELO VALOR JUSTO

| TESTE DE IMPAIRMENT                        |             | CONTABILIZAÇÃO   |             |
|--|-------------|--|-------------|
| DESCRIÇÃO                                  | VALOR       | DESCRIÇÃO  | VALOR       |
| Máquinas e Equipamentos                    | 100.000,00  | D - Resultado   Despesa perda por avaliação a valor realizável | 30.000,00   |
| (-) Depreciação Societária Acumulada       | - 20.000,00 | C - Ativo   (-) Perda por avaliação a valor realizável         | 30.000,00   |
| Valor Contábil                             | 80.000,00   |  |             |
| Valor Realizável                           | 50.000,00   |  |             |
| (-) Perda por avaliação a valor realizável | - 30.000,00 |  |             |
|  |             |  |             |
|  |             | BALANÇO PATRIMONIAL  |             |
|  |             | DESCRIÇÃO  | VALOR       |
|  |             | IMOBILIZADO  | 50.000,00   |
|  |             | Máquinas e Equipamentos  | 100.000,00  |
|  |             | (-) Depreciação Societária Acumulada                           | - 20.000,00 |
|  |             | (-) Perda por avaliação a valor realizável                     | - 30.000,00 |

# GANHO DE CAPITAL - BAIXA

## CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

68. Ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado **devem ser reconhecidos no resultado quando o item é baixado**. Os ganhos não devem ser classificados como receita de venda.

-----

## DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 - RIR

### CAPÍTULO III

### DOS GANHOS DE CAPITAL E DAS DEMAIS RECEITAS

Art. 609. Serão acrescidos à base de cálculo os ganhos de capital, os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas, os resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo disposto no art. 604 , com os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976 , e os demais valores determinados neste Regulamento, auferidos no período de apuração, observado o disposto nos art. 237, art. 238 , art. 249 , § 3º, art. 606 e art. 607 ( Lei nº 9.430, de 1996, art. 27, caput, inciso II ).

§ 1º O ganho de capital nas alienações de investimentos, imobilizados e intangíveis, corresponderá à diferença positiva entre o valor da alienação e o seu valor contábil.

# EXEMPLO GANHO DE CAPITAL

| APURAÇÃO GANHO                       |             |
|--------------------------------------|-------------|
| DESCRIÇÃO                            | VALOR       |
| Máquinas e Equipamentos              | 100.000,00  |
| (-) Depreciação Societária Acumulada | - 20.000,00 |
| Valor Contábil                       | 80.000,00   |
| Valor da Venda                       | 100.000,00  |
| Ganho de Capital                     | 20.000,00   |

| CONTABILIZAÇÃO                                   |            |
|--|------------|
| DESCRIÇÃO  | VALOR      |
| D - Ativo   Clientes, Caixa ou Banco             | 100.000,00 |
| C - Resultado   Receita com venda de imobilizado | 100.000,00 |
| D - Resultado   Custo imobilizado                | 80.000,00  |
| D - Ativo   (-) Depreciação Societária Acumulada | 20.000,00  |
| C - Ativo   Máquinas e Equipamentos              | 100.000,00 |

| BALANÇO PATRIMONIAL                  |       |
|--------------------------------------|-------|
| DESCRIÇÃO                            | VALOR |
| IMOBILIZADO                          | -     |
| Máquinas e Equipamentos              | -     |
| (-) Depreciação Societária Acumulada | -     |

| DRE                              |            |
|----------------------------------|------------|
| DESCRIÇÃO                        | VALOR      |
| Receita com venda de imobilizado | 100.000,00 |
| Custo imobilizado                | 80.000,00  |
| Lucro antes do IR e CSLL         | 20.000,00  |

# CRÉDITO ICMS - LEI KANDIR

## LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Art. 19. O imposto é **não-cumulativo**, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.

Art. 20. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, **é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado** em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, **inclusive a destinada** ao seu uso ou consumo ou **ao ativo permanente**, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 5º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I – a apropriação será feita **à razão de um quarenta e oito avos por mês**, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II – em cada período de apuração do imposto, **não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas** no mesmo período;

# CRÉDITO ICMS – RICMS SC

## PARTE GERAL

Art. 39. Na hipótese do art. 37, §§ 2º e 3º, a apropriação dos créditos relativos a bens do ativo permanente (Lei Complementar nº 102/00):

I - será feita à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II - em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das saídas e prestações efetuadas no mesmo período.

**§ 4º Fica facultada a apropriação em parcela única de crédito de até R\$ 1.000,00 (mil reais), relativo a bem do ativo permanente, não se aplicando o disposto no inciso I do caput deste artigo.**

# CRÉDITO DE PIS E COFINS

## **LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002 - PIS não cumulativo**

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;

## **LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003 - COFINS não cumulativa**

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;

# CRÉDITO DE PIS E COFINS

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

## CAPÍTULO IX DO CRÉDITO

Art. 15. As pessoas jurídicas sujeitas à apuração da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos termos dos arts. 2º e 3º das Leis nº s 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderão descontar crédito, para fins de determinação dessas contribuições, em relação às importações sujeitas ao pagamento das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei, nas seguintes hipóteses:

V - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos para locação a terceiros ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

**§ 4º Na hipótese do inciso V do caput deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação das alíquotas referidas no § 3º deste artigo sobre o valor da depreciação ou amortização contabilizada a cada mês.**

**§ 7º Opcionalmente**, o contribuinte poderá descontar o crédito de que trata o § 4º deste artigo, **relativo à importação de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, no prazo de 4 (quatro) anos, mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referidas no § 3º deste artigo sobre o valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) do valor de aquisição do bem**, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal.

**§ 6º Opcionalmente**, o sujeito passivo poderá calcular o crédito de que trata o **§ 4º do art. 15** desta Lei relativo à aquisição de vasilhames classificados no **código 7010.90.21 da Tipi**, destinados ao ativo imobilizado, no prazo de **12 (doze) meses**, poderá creditar-se, a cada mês, de **1/12 (um doze avos)** do valor da contribuição incidente, mediante alíquota específica, na aquisição dos vasilhames, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal.



# CRÉDITO DE PIS E COFINS

LEI Nº 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007

## CAPÍTULO II

### Do Desconto de Créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de Edificações

Art. 6º **As pessoas jurídicas poderão optar** pelo desconto, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam o inciso VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, na hipótese de edificações incorporadas ao ativo imobilizado, adquiridas ou construídas para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

§ 1º Os créditos de que trata o caput deste artigo serão apurados mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referidas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, ou do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, conforme o caso, sobre o valor correspondente a 1/24 (um vinte e quatro avos) do custo de aquisição ou de construção da edificação.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, no custo de aquisição ou construção da edificação não se inclui o valor:

I - de terrenos;

II - de mão-de-obra paga a pessoa física; e

III - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento das contribuições previstas no caput deste artigo em decorrência de imunidade, não incidência, suspensão ou alíquota 0 (zero) da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Obrigado...